

ATA NÚMERO 96/XIII/2.^a SL

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 2017, pelas 10h, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Apreciação e votação da ata n.º 94.**
- 2. Discussão e votação do relatório à Petição n.º 149/XIII/1.^a - Atraso no reembolso de IRS relativo ao exercício de 2015.**
Autor: Cristóvão Crespo (PSD).
- 3. Apreciação e votação do requerimento do PSD – Emissão de parecer da CNPD sobre a Proposta de Lei n.º 41/XIII/2.^a (GOV).**
- 4. Apreciação e votação do requerimento do PSD - “Plano de capitalização e reestruturação da CGD”.**
- 5. Deliberação sobre a realização de parecer sobre a Proposta de Lei n.º 52/XIII/2.^a (GOV) - Estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das empresas do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa**
(Cabe ao GP PSD)
- 6. Outros assuntos.**

- 1. Apreciação e votação da ata n.º 94**

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) sugeriu efetuar duas alterações na ata; uma para acrescentar o entendimento da COFMA de que a [Petição n.º 126/XIII](#) não deveria ter tramitação subsequente, uma vez que o seu objeto se encontra concretizado, e outra para aditar a votação do relatório sobre a [Petição n.º 162/XIII](#). A votação da ata ficou adiada para a próxima reunião.

- 2. Discussão e votação do relatório à [Petição n.º 149/XIII/1.^a](#) - Atraso no reembolso de IRS relativo ao exercício de 2015.**
Autor: Cristóvão Crespo (PSD).

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) apresentou o relatório, sendo saudado pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que recordou a [opinião expressa pelo PCP](#), há alguns meses, no sentido de a petição não ser admitida, motivo pelo qual se iria abster. O relatório foi aprovado com os votos a favor de todos os GP e a abstenção do PCP.

3. Apreciação e votação do requerimento do PSD – Emissão de parecer da CNPD sobre a Proposta de Lei n.º 41/XIII/2.ª (GOV).

A Senhora Presidente resumiu a discussão já realizada em reunião anterior (reunião de 18 de janeiro), notando que o parecer foi aprovado por unanimidade e o mesmo fazia menção à não audição da CNPD. Recordou que a iniciativa legislativa não baixou à COFMA para a fase da especialidade e que qualquer Deputado ou Grupo Parlamentar (GP) podem pedir um parecer a qualquer entidade, no âmbito de qualquer ato legislativo. A Senhora Presidente acrescentou que tem a indicação de que o parecer já foi pedido pelo Governo.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) manifestou-se no sentido de o requerimento ser inútil, especialmente dando-se o caso de o Governo já ter pedido o parecer no âmbito do anteprojeto de decreto-lei. Declarou que o PS votará contra.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) considerou fundamental a existência de um parecer da CNPD sobre o anteprojeto de decreto-lei. Mas se o Governo já o tiver pedido, o requerimento é inútil. A iniciativa legislativa já se consubstanciou num decreto e o processo legislativo encontra-se terminado.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) pronunciou-se no sentido de o processo não estar findo até que o decreto-lei autorizado esteja publicado. Entendeu que o processo se encontra inquinado pelo facto de se pensar que houve parecer quando na verdade este não foi emitido. Defendeu que faz sentido saber conhecer o parecer da CNPD sobre o anteprojeto, para efeitos de fiscalização, pedindo esse parecer à CNPD e/ou ao Governo.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) corroborou que o processo não está findo e que o requerimento se enquadra nas atribuições da Comissão, mesmo que o processo tivesse terminado.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) considerou que não é admissível que se refira que existe um parecer que não existe e que quer acreditar que foi um lapso. Mas sustentou que o processo na Assembleia da República se encontra terminado e sugeriu que a CNPD remeta o parecer à Comissão para depois avaliar a questão, no que foi corroborada pelo Senhor Deputado João Galamba (PS).

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) observou que a substância deve prevalecer sobre a forma e que todos os GP criticaram a atitude do Governo em referir um parecer que não existe, levantando-se até a hipótese de inconstitucionalidade. Aludiu à prática seguida pelo anterior e pelo atual Governo de remeter o anteprojeto de decreto-lei autorizado com a proposta de lei de autorização legislativa e lembrou que os pareceres têm que vir em anexo. Acrescentou que este é um processo contínuo, recordando que as apreciações parlamentares de decretos-lei têm, inclusive, um regime diferente das restantes. Concordou

com o pedido do parecer à CNPD e solicitou à Senhora Presidente para transmitir ao Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares o desagrado da Comissão.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) reiterou que o pedido de parecer é inútil, e que o parecer já pedido será facultado à Assembleia da República, renovando o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) que a mesa deve pedir o parecer e conhecer a opinião da CNPD.

A Senhora Presidente referiu que vai suscitar junto do Governo e da CNPD o envio do parecer à Assembleia da República. Notou ainda que, apesar de o processo ter sido acelerado, os Senhores Deputados estiveram na reunião plenária em que se deram as três votações.

4. Apreciação e votação do requerimento do PSD - “Plano de capitalização e reestruturação da CGD”.

A Senhora Presidente começou por referir que, no seu entendimento, qualquer Deputado pode pedir documentos ao Governo e, como tal, o requerimento do PSD foi já remetido ao Governo. Resolveu fazer este esclarecimento devido a algumas perguntas que lhe foram colocadas informalmente.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) notou que este tipo de documentos são libertados pela DGComp ao longo do tempo, quando o sigilo bancário é levantado, estranhando que estes documentos não tenham sido pedidos noutros processos.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) acompanhou o entendimento da Senhora Presidente e defendeu que não se pode colocar em causa a legitimidade e a pertinência de um Deputado fazer o acompanhamento da gestão do banco público. Se o PS não o fez no passado, adiu, foi a sua opção, afirmando que o PSD não aceita ser limitado.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sustentou que qualquer Deputado pode pedir documentos ao Governo, mas distinguindo se segue em nome próprio ou se é assumido pela Comissão, ponto que deve ficar bem claro. Relativamente à informação requerida, recordou que em várias recapitalizações os documentos não foram disponibilizados publicamente. A DGComp publicava um resumo, expurgando dados devido ao segredo comercial – compreensivelmente. Afirmou não compreender o pedido mas reconhecer, naturalmente, o direito ao mesmo.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) concordou com a clarificação da metodologia e reiterou que cabe ao PSD escrutinar a atuação do Governo e, neste caso, do sector público empresarial.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) declarou que não existe a figura regimental de requerimento do GP através da Comissão. Defendeu que, no passado, foram pedidos vários documentos e a informação chegava com contornos mínimos e expurgada – da DGComp e não do Governo.

A Senhora Presidente manifestou a sua discordância, defendendo que a mesa pode ser intermediária. Se o Governo não puder responder, pode invocar segredo comercial.



O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) recordou que o PCP e outros GP solicitaram várias vezes informação sobre planos de recapitalização e que a resposta era de que a mesma estava abrangida pelo segredo comercial.

- 5. Deliberação sobre a realização de parecer sobre a Proposta de Lei n.º 52/XIII/2.^a (GOV) - Estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das empresas do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa (Cabe ao GP PSD).**

A Comissão considerou, por unanimidade, não ver motivo para realizar parecer sobre esta iniciativa legislativa.

6. Outros assuntos.

Não foram debatidos outros assuntos.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente encerrou a reunião, às 11:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de janeiro de 2017

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 25 de janeiro de 2017

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Mariana Mortágua
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Jorge Paulo Oliveira
Margarida Mano

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
Margarida Balseiro Lopes
Ricardo Leão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paulino Ascensão